

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.912 - RS (2019/0165134-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : CLEBER CESAR GOULART ANTONELLO

ADVOGADO : VICTOR HUGO OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR -
RS088889

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

O recorrente acoima de ilegal acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 5016730-85.2019.4.04.0000.

Narra a defesa, que o recorrente é investigado pela suposta prática do crime de lavagem de capitais há quase quatro anos, uma vez que o inquérito policial foi instaurado em 29/04/2015. Relata que recaem constrições judiciais sobre diversos bens do investigado. Aduz que o procedimento investigatório não pode ser prorrogado indefinidamente.

Requer, liminarmente e no mérito, seja trancado o Inquérito Policial nº 5026098-03.2015.4.04.7100, assim como seja determinado o levantamento do sequestro imposto. Subsidiariamente, pede que seja o paciente nomeado fiel depositário dos bens.

Decido.

Não há dúvidas de que o deferimento da medida cautelar é excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro** manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Primeiramente, no que tange ao alegado sequestro de bens, é imperioso salientar que tal questão não foi analisada pela Corte de origem, de modo que o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça, em princípio, incorreria em indevida supressão de instância.

Já em relação ao apontado excesso de prazo, urge consignar que o Tribunal local, ao denegar a ordem, fundamentou (fls. 108-110, grifei):

[...]

Depreende-se dos autos originários que o **Inquérito Policial nº 5026098-03.2015.404.7100** foi instaurado, mediante portaria, em 29/04/2015, para apurar delito de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei 9.613/98) praticado, em tese, por **CLEBER CÉSAR GOULART ANTONELLO**.

Elementos já colhidos na Operação "Travessia XIV" e nas Operações "Loki II" e "Loki III" (autos nº 500180129.2011.404.7241) dão conta de que **CLEBER CÉSAR GOULART ANTONELLO** e seu irmão **Antônio Augusto Goulart Antonello** seriam integrantes de organização criminosa destinada ao contrabando e descaminho de cigarros.

No que diz respeito ao delito de lavagem de dinheiro, são apurados indícios de que **CLEBER CÉSAR GOULART ANTONELLO** estaria utilizando proventos auferidos com a prática do contrabando e descaminho de cigarros para a aquisição de caminhões e carretas, com registro em nome de terceiros, para o desenvolvimento da atividade lícita de transporte rodoviário.

[...]

Conforme se extrai das informações prestadas pelo Procurador da República que acompanha as investigações, **trata-se de feito complexo. Em razão do grande número de bens registrados em nome de interpostas pessoas - cerca de trinta veículos - e da análise da movimentação financeira do investigado e dos seus "laranjas", foram realizadas inúmeras oitivas e exames financeiros, que demandou um período de tempo elástico.**

Logo, tal cenário justificou as **dilações de prazo para encerramento da investigação**, ante a sua inequívoca complexidade.

Nesse sentido, destaco o seguinte precedente desta Corte: "HABEAS CORPUS". PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA INSTRUÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. O reconhecimento do excesso de prazo durante a instrução somente é admissível quando a demora for injustificada, impondo-se a adoção de critério de razoabilidade no exame da sua eventual ocorrência. 2. Os prazos para conclusão de inquérito policial ou instrução criminal não são peremptórios, podendo ser dilatados dentro de limites razoáveis, quando a complexidade da investigação assim exigir. 3. Ordem de habeas

corpus conhecida em parte e, nesse limite, denegada. (TRF4, HC 5033858-55.2018.4.04.0000, OITAVA TURMA, Relator JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, juntado aos autos em 28/09/2018).

De qualquer forma, verifica-se que, em 22/04/2019, o inquérito policial foi relatado (evento 112), iniciando-se o prazo para eventual oferecimento da denúncia pelo Parquet Federal.

Por fim, oportuno mencionar que o paciente encontra-se em liberdade e o prejuízo alegado seria de natureza patrimonial, que foge ao escopo do habeas corpus.

Assim, consoante o trecho alhures colacionado, percebe-se que o Tribunal regional destacou a complexidade do caso, em especial, a análise de movimentações financeiras do acusado e de terceiros e as inúmeras oitivas, o que tornaria justificadamente mais morosa a tramitação do feito. Ademais, verifico que o inquérito policial foi relatado em 22/4/2019.

Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. SEQUESTRO E HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É entendimento consolidado nos tribunais que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de modo que eventual demora no julgamento do recurso de apelação deve ser aferida levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto.

2. **Embora se identifique o decurso de mais de oito anos desde a instauração do inquérito policial, noto que os crimes apurados são gravíssimos e complexos, cuja apuração demora, é bem verdade, mas não a ponto de impor a cessação da atividade investigatória do estado, sobretudo porque não houve restrição à liberdade do recorrente e o prazo prescricional está longe de ser alcançado.**

4. Recurso não provido (RHC n. 74.078/MG, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, 6ª T., DJe 18/2/2019, sublinhei).

À vista do exposto, **não concedo a medida liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – a quem se encarece relato sobre o andamento do feito e sobre a persistência dos motivos da cautela adotada – e à autoridade inquinada coatora sobre os fatos alegados na inicial.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**